

Sumário

1 - Introdução.....	2
2 - Programa de Integração Social (PIS)	2

1 - INTRODUÇÃO

Oi, amigos (as),

Esta aula é específica para tratarmos do **PIS (Programa de Integração Social)**. O tema é curto e não conta com muitas questões de prova, razão pela qual irá tomar poucos parágrafos e pela qual abordaremos as questões ao longo da explanação teórica.



Vamos ao trabalho!

2 - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)

O **Programa de Integração Social (PIS)** foi instituído pela Lei Complementar nº 7/1970, com o objetivo de integrar o empregado do setor privado com o desenvolvimento da empresa.

Segundo a referida Lei,

Art. 1.º - É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a **promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.**

§ 1º - Para os fins desta Lei, entende-se por **empresa** a **pessoa jurídica**, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por **empregado** todo aquele **assim definido pela Legislação Trabalhista.**

§ 2º - A participação dos **trabalhadores avulsos**, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, far-se-á nos termos do **Regulamento** a ser baixado, de acordo com o art. 11 desta Lei.

O PIS é executado mediante **Fundo de Participação**, formado por depósitos das empresas junto à Caixa:

Art. 2º - O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único - A Caixa Econômica Federal **poderá celebrar convênios** com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

Tal fundo é constituído de **duas parcelas**:

Art. 3º, a) a primeira, mediante **dedução do Imposto de Renda** devido, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, processando-se o seu recolhimento ao Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Renda;

b) a segunda, com **recursos próprios da empresa**, calculados com base no faturamento, como segue:

Em relação ao empregado, sua participação é dada por meio de contas individuais abertas em seu nome:

Art. 7º - A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período);

b) os 50% (cinquenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos **quinqüênios de serviços prestados pelo empregado**.

Ainda a este respeito, a LC 7/1970 ainda prevê que:

Art. 7º, § 1º - Para os fins deste artigo, a Caixa Econômica Federal, com base nas informações fornecidas pelas empresas, no **prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, contados da publicação desta Lei, organizará um Cadastro - Geral dos participantes do Fundo, na forma que for estabelecida em regulamento.

§ 2º - A **omissão dolosa** de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a **multa**, em benefício do Fundo, no valor **de 10 (dez) meses de salários**, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.

§ 3º - **Igual penalidade** será aplicada em caso de **declaração falsa** sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.

O Programa também é regulado pela Lei nº 9.715/1998 e, em especial, pela Lei 7.998/1990, que institui o FAT:

Lei 7.998/1990, art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial anual, no valor máximo de **1 (um) salário-mínimo** vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I - tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), **até 2 (dois) salários mínimos** médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II - estejam **cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos** no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Este dispositivo foi cobrado na questão abaixo, incorreta:

Cespe/DPU – Defensor - 2015

Quanto ao FGTS, ao seguro-desemprego e ao PIS, julgue o item que se segue.

O PIS, que financia o abono salarial correspondente ao valor equivalente a dois salários mínimos vigentes na época do pagamento, destina-se especificamente a auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Notem que há dois erros na assertiva acima. Primeiramente, é preciso destacar que o abono salarial equivale, no máximo, a **um** salário mínimo. Em segundo lugar, a finalidade mencionada na assertiva diz respeito, na verdade, ao Seguro-Desemprego (Lei 7.998/1990, art. 2º).

Trata-se, portanto, de um abono salarial (alguns o chamam popularmente de 14º salário) devido aos **trabalhadores de baixa-renda**, segundo os critérios definidos em Lei. No caso do PIS, trabalhador de baixa-renda é aquele que recebe, em média, **até dois salários-mínimos mensais**. Portanto, trata-se do primeiro critério para recebimento ou não do PIS.

Além disso, somente é devido aos trabalhadores **cadastrados há, pelo menos, cinco anos no Programa (2º critério)**.

Por fim, **no ano anterior** ao recebimento, o trabalhador deve ter ficado **empregado por pelo menos trinta dias, consecutivos ou não (3º critério)**.

Mas são todos os trabalhadores que têm direito ao PIS?

Não! As seguintes categorias de trabalhadores **não têm direito ao PIS**:

- Trabalhadores urbanos vinculados a empregador Pessoa Física;

- Trabalhadores rurais vinculados a empregador Pessoa Física;

- Diretores sem vínculo empregatício, mesmo que a empresa tenha optado pelo recolhimento do FGTS;

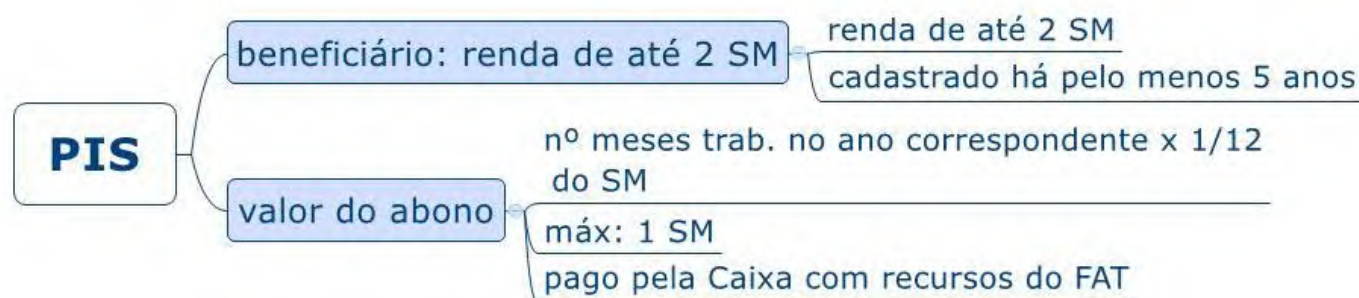
- Empregados domésticos;

- Menores aprendizes.

Com a Lei 13.134/15, de junho de 2015, o abono em questão passou a ter **valor proporcional ao tempo de serviço do trabalhador** no respectivo ano-base. Assim, o benefício **corresponde ao número de meses trabalhados no ano-base multiplicado por 1/12 do salário-mínimo** vigente na data do pagamento.

Cumprе salientar, entretanto, que o recebimento por parte do trabalhador somente é viável caso a empresa que lhe emprega preencha corretamente e envie a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ao Ministério do Trabalho (MT).

Sintetizando estes últimos aspectos, quanto ao recebimento do PIS, temos o seguinte diagrama:



Vale destacar, por fim, que o **Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público**, instituído pela LC 8/1970, tem o mesmo objetivo do PIS, embora apresente menor relevância para nosso propósito, já que destina-se ao servidor público.